

## ATA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

1  
2  
3 Aos 29 dias do mês de setembro de 2005, na sede da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio  
4 São Francisco – CBHSF, encontraram-se reunidos membros titulares e suplentes da Câmara Técnica Institucional e  
5 Legal – CTIL do CBHSF. Constaram da pauta os seguintes assuntos: Posse dos novos membros pelo presidente do  
6 CBHSF – Jorge Khoury; Eleição do coordenador e do secretário; Relato das ações envolvendo os aspectos  
7 institucionais e legais; Definição do Plano de Trabalho do período 2005-2007; Definição da agenda de atividades e,  
8 O que ocorrer. Justificaram suas ausências os Srs Athadeu Ferreira da Silva e Sebastião Marques, representantes  
9 da CODEVASF e CODEBA, respectivamente. Anivaldo Miranda iniciou a reunião solicitando a todos que se  
10 identificassem; fez breve relato sobre a estrutura da direção do CBHSF, bem como sobre a composição da Plenária  
11 do CBHSF; falou sobre a legislação de recursos hídricos nacional, enfocando a questão do exercício da participação  
12 no Comitê; esclareceu o papel dos comitês de bacia na gestão dos recursos hídricos e decorreu brevemente sobre o  
13 conflito instalado com o governo federal por conta do projeto de transposição. Passou a palavra a Yvonilde  
14 Medeiros, que fez um breve relato sobre as ações do CBHSF; sugeriu, e todos concordaram, com a eleição do  
15 coordenador e do secretário no turno da tarde; falou do processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da  
16 Bacia e da importância dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos;  
17 informou que foi aprovada a deliberação que dispõe sobre alocação de água para uso externo à bacia, como  
18 exemplo de norma emitida pelo Plenário do Comitê; falou sobre a competência da CTIL, lendo o artigo referente à  
19 Câmara no Regimento Interno; falou do critério utilizado para a definição da composição da CTIL e da periodicidade  
20 de reuniões das CT'S e das Reuniões Plenárias do CBHSF; informou a demanda da CT: 1) natureza jurídica da  
21 Agência de Bacia; 2) processo de conflito de uso suscitado pelo Fórum de Defesa do Rio São Francisco; 3)  
22 solicitação de ampliação de vagas dos indígenas, 4) emissão do Certificado de Sustentabilidade Hídrica - CERTOH  
23 e da outorga de água, emitida a favor do projeto de transposição, e 5) revisão das deliberações e do Regimento  
24 Interno do Comitê; falou da Câmara Técnica de Articulação Institucional, suas competências e os trabalhos que serão  
25 desenvolvidos pelas CTPPP e pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Passou a palavra a Sandra Ferraz,  
26 representante do Governo do Estado de Pernambuco, que solicitou maiores esclarecimentos sobre as demandas da  
27 agência para a CTIL. Yvonilde Medeiros respondeu que cada CT analisará um aspecto da agência, ficando a cargo  
28 da CTIL a análise do modelo jurídico de Agência de Bacia a ser criada. Passou a palavra a Jane Tereza,  
29 representante da sociedade civil na CTIL, que propôs a divisão dos trabalhos em grupo. Cezar Raimundo,  
30 representante do Governo do Estado de Minas Gerais, considerou que a questão da agência poderia ser analisada  
31 pela CTIL após a análise da matéria pelas outras CT'S. Jane Tereza indicou como demanda imediata as questões  
32 da outorga da transposição emitida pela Agência Nacional de Águas – ANA, o processo administrativo de conflito de  
33 uso e a solicitação de aumento de vagas para a comunidade indígena na composição do CBHSF. Yvonilde  
34 Medeiros passou a palavra a Luciana Khoury, promotora do Ministério Público do Estado da Bahia – MP/BA que  
35 falou da importância da CT e do trabalho de interpretação da legislação ambiental e de recursos hídricos, bem como  
36 sobre o Programa de Revitalização do Rio São Francisco; falou do processo de conflito de uso e os aspectos legais  
37 que o engloba, inclusive a oitiva dos interessados – Ministério da Integração e Ministério do Meio Ambiente,  
38 documentação do processo - vista à parte interessada, atendendo aos princípios básicos do devido processo legal e  
39 da ampla defesa; falou das ações judiciais de iniciativa de estados da bacia (MG, BA e SE); ressaltou a importância  
40 do papel do MP na fiscalização do cumprimento da lei; ressaltou a necessidade de respeito ao princípio da  
41 precaução, norteador do direito ambiental, e demais princípios básicos do direito; falou da emissão do Certificado de  
42 Sustentabilidade Hídrica – CERTOH, da outorga da água, emitidos em favor do projeto de transposição e da falta de  
43 manifestação de suas prioridades dos Comitês das bacias receptoras; disse que o Plano da Bacia fazia definição  
44 contrária ao pregado pelo Ministério da Integração, uma vez que o CBHSF decidiu pela possibilidade de alocação de  
45 água para uso externo à bacia, desde que comprovada a necessidade; falou que a escassez não foi comprovada  
46 durante o processo de discussão do projeto de transposição e que o Sistema Nacional de Gerenciamento de  
47 Recursos Hídricos corria risco com a interpretação que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH deu na  
48 análise do projeto. Yvonilde Medeiros fez referência à resposta da 3ª Diligência da ANA na emissão do CERTOH,  
49 que abordou a imigração ao longo do canal da população habitante na região. Passou a palavra a Luciana Khoury  
50 que finalizou sua participação fazendo referência a necessidade de atendimento a lei, principalmente ao Plano de  
51 Recursos Hídricos da Bacia, que é a legislação específica da Bacia. Cezar solicitou uma síntese das informações  
52 levantadas durante a elaboração das ações judiciais. Yvonilde sugeriu a criação de um banco de dados dessas  
53 informações e a criação de um GT para desenvolver esse trabalho. Cezar sugeriu que se definissem as suplências  
54 vagas na CTIL. Yvonilde passou para a eleição do coordenador e do secretário. Ficou acordado que Yvonilde e  
55 Larissa, representante do Governo do Estado da Bahia, assumiriam a coordenação e secretaria, respectivamente,  
56 por um período de dois meses. PAUSA PARA ALMOÇO. Yvonilde reiniciou a reunião sugerindo que se definisse o  
57 Plano de Trabalho da CTIL. Aelton Marques, representante dos usuários do Estado de Minas Gerais, considerou  
58 pouco proveitosa a sub divisão da CT em grupos. Cezar sugeriu que para todas as matérias fosse escolhido um  
59 relator. Luiz Roberto, representante do Governo do Estado de Alagoas, sugeriu que fosse definida a forma de  
60 funcionamento da Câmara. Yvonilde falou que seria interessante trabalhar em grupo para dar celeridade às  
61 demandas existentes. Larissa sugeriu que as normas de funcionamento fossem definidas exclusivamente para

62 funcionamento da CTIL.. Sandra sugeriu que a CTIL tomasse como base as normas de funcionamento da  
63 CTIL/CNRH, fazendo breve relato sobre as mesmas. Cezar sugeriu e ratificou sua vontade de designar relatores  
64 para as matérias. Yvonilde sugeriu que Larissa, encaminhasse proposta de norma de funcionamento da CTIL até o  
65 dia 03/10, com prazo para apresentação de contribuições até 06/10. Luiz Roberto sugeriu que a CTIL definisse  
66 normas para análise de processos administrativos abertos no âmbito do CBHSF. Cezar sugeriu que essa definição  
67 se desse quando da alteração do Regimento Interno. César solicitou que as demandas encaminhadas à CTIL  
68 fossem despachadas pela diretoria. Luiz Roberto sugeriu que as reuniões fossem mensais. Antonio sugeriu que as  
69 reuniões fossem bimensais. Luiz Roberto sugeriu reuniões mensais até o final do ano, se possível, em função do  
70 orçamento do CBHSF e, posteriormente a realização de reuniões bimensais. Todos acordaram que as reuniões da  
71 CTIL se dariam bimensalmente, sendo mensais, se houver possibilidade, até o final do ano. A coordenadora propôs  
72 os seguintes encaminhamentos, aceitos por todos os membros presentes: 1) Larissa, secretária da CTIL,  
73 encaminhará proposta de deliberação disciplinando o funcionamento da CT até dia 03/10, com prazo para  
74 apresentação de contribuições até 06/10; 2) Jane Tereza apresentará minuta de parecer com manifestação sobre o  
75 pedido de ampliação das vagas da comunidade indígena; 3) A discussão sobre o modelo jurídico a ser utilizado na  
76 criação da Agência de Bacia fica para após a análise das outras CT's. 4) Cezar sugeriu que nas revisões das  
77 deliberações do CBHSF e do Regimento Interno fossem consultadas as outras CT's e o Plenário, o que foi aceito  
78 por todos; disse que a questão da outorga emitida para o projeto de transposição deve ser analisada no âmbito do  
79 conflito; fez breve relato sobre o processo de conflito de uso suscitado pelo Fórum Permanente de Defesa do São  
80 Francisco, para que se deliberasse sobre a questão da outorga emitida pela ANA para o projeto de transposição;  
81 sugeriu que fosse dada publicidade aos atos do CBHSF, para que os atores possam participar dos processos de  
82 discussão. Cezar sugeriu que se intimem os interessados do processo de conflito, atendendo ao princípio do  
83 contraditório, ampla defesa e devido processo legal. 5) Yvonilde sugeriu Luiz Roberto para relator do processo de  
84 conflito, o que foi aceito pelo mesmo. Os membros solicitaram o envio de cópia de processo aos mesmos. Jane fez  
85 breve relato sobre a aprovação da Nota Técnica da ANA pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Larissa  
86 sugeriu que a CTIL utilizasse o parecer das outras CT's para subsidiar a tomada de decisão dessa Câmara Técnica  
87 no que diz respeito ao processo, o que foi aceito por todos. Luiz Roberto solicitou a análise de uma forma de receber  
88 recursos através do Comitê. Yvonilde esclareceu que o Comitê só poderá receber recursos após implantação da  
89 Agência de Bacia. Às **18:00 a reunião foi encerrada.**

90

91 Salvador, 29 de setembro de 2005.

92 Presentes:

93 Membros:

94 César Raimundo da Cunha – PP / MG

95 Aelton Marques – Usuário / MG

96 Larissa Cayres – PP / BA

97 Carla Mariane – PP / BA

98 Yvonilde Medeiros – SC / BA

99 Sandra Ferraz – PP / PE

100 Aline Barros – PP / SE

101 Jane Tereza – SC / SE

102 Luiz Roberto – PP / AL

103 Wellington Rocha – Poder Público Federal

104 Convidados:

105 Antonio Carlos Pontes de Carvalho

106 Patrícia Maia e Silva

107 Ana Cristina Mascarenhas

108 Renilda Gomres de Souza

*Secretaria Executiva do CBHSF*

*Prédio da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia – 7º*

*andar – Av. ACM, 357 – Bairro Itaigara - Salvador - Bahia –*

*CEP41.825 -000 - Tel.Fax: 71- 33413554/33419370*

*[riosaofrancisco@ufs.br](mailto:riosaofrancisco@ufs.br) e [secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br](mailto:secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br)*